

-3 FEV 1995

Com. Grand

4 — JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telefônico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Leão Serva

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Sem crise à vista

O volume de vendas no mês passado foi o maior do mês de janeiro desde 1986, nas vésperas do anúncio do Plano Cruzado, soterrado algum tempo depois pela explosão do consumo associada ao congelamento de preços que freava a produção, e pela manipulação eleitoral que levou os governantes de então a não fazer as reformas necessárias. Também em janeiro a saída de capitais aplicados no mercado financeiro brasileiro foi muito alta, de US\$ 1,919 bilhão, quase tanto quanto saiu em fevereiro de 1990, no final do governo Sarney, quando a inflação caminhava para 85% ao mês.

Os manuais de Economia ensinam que aumento de consumo que não seja acompanhado do aumento da oferta resulta em pressões insuportáveis sobre os preços. Sabe-se também que fuga maciça e continuada de capitais gera uma crise cambial que coloca em risco qualquer programa de ajuste econômico, por melhor que seja. Nada mais equivocado, porém, do que supor que, neste momento, o aumento do consumo e a saída do capital especulativo são prenúncios de crise do Plano Real. Embora os sinais presentes sejam fortes o suficiente para sugerir que o governo deve se mover para responder a eles — como, aliás, está se movendo —, a situação atual não pode ser comparada com a de 1986 ou a de 1990.

Se, em 1986, a explosão do consumo tinha como causas principais medidas populistas do governo — como o aumento do salário médio real por decreto e o rígido tabelamento e/ou congelamento de preços —, que desorganizaram a economia, razão pela qual essa explosão não poderia ser atendida por um aumento racional da produção, desta vez a oferta vem crescendo na mesma velocidade que a demanda.

O aumento do consumo observado até agora é consequência do aumento da renda da população produzido não por medidas populistas, mas pela queda brusca da inflação. O crescimento das vendas deve-se sobretudo à população de baixa renda, aquela que não tinha mecanismos para proteger-se dos efeitos perniciosos da inflação e que, após a chegada do real, está podendo consumir um pouco mais e melhorar sua qualidade de vida.

Isento de medidas populistas ou artificiais, o Plano Real conquistou a confiança não apenas da população de baixa renda, mas também do empresariado, que se preparou da maneira mais saudável, do pon-

to de vista econômico, para atender ao esperado aumento do consumo. Passou a utilizar mais suas instalações, empregou mais trabalhadores, criou novos turnos de trabalho. A maior abertura do mercado brasileiro aos produtos importados contribuiu também para aumentar a oferta, evitando uma crise de abastecimento.

Por tudo isso, não houve pressão sobre os preços. Ao contrário, com a economia funcionando normal e livremente, e crescendo, a inflação continua em queda, como mostram os índices divulgados nos últimos dias.

Quanto à saída do capital externo do País, deve-se observar que está havendo remessa de lucros e dividendos e pagamento de juros da dívida externa, além da retirada das aplicações de estrangeiros no mercado financeiro. “Isso não é objeto de preocupação”, comentou o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, em entrevista que concedeu ontem à **Nova Eldorado AM**. Registra-se, em toda a América Latina, uma expressiva saída de dinheiro especulativo estrangeiro, como consequência da crise mexicana. A essa crise somou-se, nos últimos dias, a elevação dos juros nos Estados Unidos, que atraiu para lá muitas aplicações que estavam nos chamados mercados emergentes. No caso brasileiro, em particular, a valorização do real em relação ao dólar torna ainda menos interessantes as aplicações especulativas em nosso país. Por tudo isso, tem toda razão o ex-ministro Mailson da Nóbrega quando diz que a saída de capitais registrada em janeiro “não é sinal de deterioração das contas externas”. Sobretudo porque os capitais que realmente interessam ao desenvolvimento econômico do País, que são os capitais de investimento real, trazidos por empresas já instaladas aqui ou que estão se instalando agora, e que geram empregos e produção novos, continuam chegando.

E, ademais, as medidas que o governo tomou nas últimas semanas, mostrando que está atento às mudanças na conjuntura internacional, que eliminaram as restrições impostas antes da crise mexicana às operações cambiais dos exportadores, já estão produzindo efeitos. As exportações aumentaram substancialmente enquanto o ritmo das importações diminuiu, de forma que as primeiras estatísticas colhidas após a divulgação das medidas já apontam para um equilíbrio ou um pequeno superávit da balança comercial.

Nada sugere, portanto, que haja uma crise à vista.